



17	115311	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 3º SUBDISTRITO DA SEDE	RIBEIRÃO PRETO
18	123737	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES, TUTELAS E TABELIÃO DE NOTAS	SALESÓPOLIS

DJE 30/01, 03 e 05/02/2025

### Dicoge 5.1

**PROCESSO Nº 2024/109275 – SÃO PAULO – CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DECISÃO:** Vistos. Aprovo, pelas razões expostas, a edição do Provimento sugerido, conforme minuta apresentada, a ser publicado, juntamente com o parecer, no DJE. Publique-se, dando-se ciência do parecer, do Provimento e da presente decisão ao Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP). São Paulo, 30 de janeiro 2025. (a) **FRANCISCO LOUREIRO**, Corregedor Geral da Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

**(32/2025-E)**

**EMENTA:** Direito Administrativo. Procedimento Administrativo. Territorialidade Notarial. Cumprimento do item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ.

#### I. Caso em Exame

1. Procedimento administrativo instaurado para criar mecanismos que comprovem a observância do item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ pelos Tabeliães de Notas, o qual impede o desempenho de função notarial fora da circunscrição territorial da delegação.

#### II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em (i) como comprovar o cumprimento das regras de territorialidade pelos Tabeliães de Notas e (ii) a viabilidade da criação de um serviço de Ouvidoria Notarial para receber denúncias e manifestações.

#### III. Razões de Decidir

3. A preservação de documentos que comprovem o comparecimento das partes na serventia extrajudicial é uma medida moralizadora e necessária para garantir a transparência.

4. A criação de um serviço de Ouvidoria Notarial deve respeitar a função correcional da Corregedoria Geral da Justiça, não podendo ser delegada a uma associação de classe.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrir/ConferenciaDoOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 98V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

#### IV. Dispositivo e Tese

5. Proposta de inserção do subitem 5.3 no Capítulo XVI das NSCGJ para obrigar a preservação de prova de comparecimento das partes.

*Tese de julgamento:* 1. A preservação de documentos é essencial para a comprovação das regras de territorialidade estabelecidas pelo item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ.

Legislação Citada:

- Lei nº 8.935/94, art. 8º.

#### **Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça,**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado especificamente com a finalidade de criar mecanismos que permitam comprovar que os Tabeliães de Notas vêm observando o item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ, o qual, em resumo, impede o desempenho de função notarial típica fora da circunscrição territorial abrangida pela delegação.

Em 4 de outubro de 2024, houve reunião da qual participaram Juízes Assessores desta Corregedoria e Tabeliães indicados pelo Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) e na qual foi concedido prazo para que a entidade se manifestasse sobre a questão (fls. 20).

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25).  
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

Manifestação do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) a fls. 37/46.

É o relatório.

Dispõe o art. 8º da Lei nº 8.935/94:

*Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.*

Já o item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ regulamenta o tema da seguinte forma:

*5. O Tabelião de Notas, embora de livre escolha pelas partes, não pode desempenhar função notarial típica fora da circunscrição territorial para a qual recebeu a delegação.*

*5.1. Se dentro da sua circunscrição territorial, pode lavrar o ato notarial em qualquer lugar, desde que consigne, no documento, o lugar no qual praticado.*

*5.2. A restrição territorial à atuação do Tabelião de Notas, ao limitar-se aos atos privativos, típicos da atividade notarial, não abrange outros que lhe são facultados, direcionados à consecução dos atos notariais e consistentes nas gestões e diligências necessárias ou convenientes ao seu preparo, então prestados sem ônus maiores que os emolumentos devidos.*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrir/ConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

Manifestação do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) a fls. 37/46.

É o relatório.

Dispõe o art. 8º da Lei nº 8.935/94:

*Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.*

Já o item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ regulamenta o tema da seguinte forma:

*5. O Tabelião de Notas, embora de livre escolha pelas partes, não pode desempenhar função notarial típica fora da circunscrição territorial para a qual recebeu a delegação.*

*5.1. Se dentro da sua circunscrição territorial, pode lavrar o ato notarial em qualquer lugar, desde que consigne, no documento, o lugar no qual praticado.*

*5.2. A restrição territorial à atuação do Tabelião de Notas, ao limitar-se aos atos privativos, típicos da atividade notarial, não abrange outros que lhe são facultados, direcionados à consecução dos atos notariais e consistentes nas gestões e diligências necessárias ou convenientes ao seu preparo, então prestados sem ônus maiores que os emolumentos devidos.*

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrir/ConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Processo nº 2024/00109275**

Ainda, conveniente que se transcreva a decisão que determinou a abertura do presente expediente, prolatada em 19 de julho de 2024:

*“Durante as correições realizadas este ano, foram constatados indícios de que o regramento acima transcrito não é observado por parte dos tabeliães. Isso porque há delegatários que aparentemente lavram atos fora da circunscrição territorial para a qual receberam a delegação, o que o item 5 do Capítulo XVI das NSCGJ veda de forma expressa.*

*A irregularidade que, em tese, caracteriza falta disciplinar, é de difícil comprovação, porquanto, passados meses da lavratura, não haveria como se demonstrar se os participantes do ato efetivamente estiveram no cartório.*

*Assim, tendo em vista os diversos recursos tecnológicos a que se tem acesso nos dias de hoje, razoável que a questão seja discutida, encontrando-se soluções adequadas para a comprovação do comparecimento das partes nas serventias extrajudiciais ou da realização do ato em diligência – dentro da circunscrição territorial – com a devida consignação” (fls. 4).*

Para o enfrentamento do problema observado e considerando a reunião realizada, o Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP) propôs duas medidas: a) publicação pela entidade de classe de enunciado normativo que obrigue os tabeliães a preservar elementos que comprovem o cumprimento das regras de territorialidade, em escrituras que versem sobre imóvel e partes cuja localização e domicílio, respectivamente, se encontram fora da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

circunscrição da delegação recebida; b) *“criação de um serviço de Ouvidoria Notarial, às expensas do CNB/SP, como canal preferencial para receber denúncias e manifestações, proporcionando maior abrangência e celeridade na identificação e correção de eventuais irregularidades”* (fls. 39).

O enunciado proposto pelo CNB/SP tem o seguinte teor:

*“Os Tabeliães de Notas, ao lavrarem atos presenciais, cuja escritura pública envolva imóvel e domicílio das partes fora do município da delegação, deverão preservar documentos que justifiquem a escolha do tabelião pelas partes e o deslocamento para a prática do ato. Nos casos em que o ato for realizado fora da sede da serventia, mas ainda dentro do município de delegação, o tabelião deverá consignar, na escritura pública, a diligência realizada. Adicionalmente, os custos efetivos da diligência deverão ser documentados e discriminados de forma clara, com arquivamento em classificador próprio para essa finalidade, garantindo plena transparência e controle sobre a prática do ato”* (fls. 42/43).

Em relação ao enunciado proposto, deve-se anotar, em primeiro lugar, que não há necessidade de a escolha do tabelião ser justificada, pois, na forma do art. 8º da Lei nº 8.935/94 acima transcrito, a parte é livre para escolher o tabelião que bem entender. A questão é de prova de comparecimento, pois em alguns casos – em que as partes residem em outro local e o imóvel negociado também não se situa na área de circunscrição territorial do cartório – desconfia-se se os interessados efetivamente estiveram no cartório, como consta no ato notarial dotado de fé pública.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

A preservação de documentos que comprovem o comparecimento das partes na serventia extrajudicial é providência moralizadora. Em atos bastante específicos, obrigar-se-ia o tabelião a pré-constituir prova da presença das partes em sua unidade. O meio de prova é livre, podendo se dar por meio de uma foto, de um vídeo etc. Há, inclusive, aplicativos de celular que permitem inserir a data em que a foto foi tirada na própria fotografia.

A segunda observação diz respeito à consignação, na escritura pública, de que o ato foi realizado fora da sede da serventia, mas ainda dentro do município de delegação.

Essa obrigação já consta no item 5.1 do Capítulo XVI das NSCGJ e serve, inclusive, para permitir a cobrança dos emolumentos em dobro, na forma do item 8.1 da Tabela Estadual de Emolumentos dos Cartórios de Notas<sup>1</sup>.

Ainda, no que se refere à discriminação dos custos efetivos da diligência para a lavratura do ato fora do cartório, a questão já está nas NSCGJ e vem sendo reiteradamente divulgada por meio de Comunicado desta Corregedoria, publicado em 8, 12 e 14 de agosto de 2024<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> 8.1 - Nos atos sem valor declarado, lavrados fora do horário normal ou fora do tabelionato, exceto quando do interesse dos órgãos públicos em geral, os emolumentos serão cobrados em dobro, fazendo o tabelião circunstanciada menção na escritura, sem prejuízo do reembolso das despesas com condução.

<sup>2</sup> O **Corregedor Geral da Justiça**, no exercício de suas atribuições legais e normativas, **COMUNICA** aos senhores responsáveis pelas unidades dos Serviços Extrajudiciais de Notas e de Registro do Estado de São Paulo que:

l) na forma do item 58 do Capítulo XIII das NSCGJ, é vedada a cobrança de quaisquer valores não previstos nas tabelas integrantes da Lei Estadual nº 11.331/2002 ou não autorizados, de modo prévio e expresso, pela Corregedoria Geral da Justiça ou pela Corregedoria Nacional de Justiça;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Processo nº 2024/00109275**

No mais, não obstante os efeitos positivos que decorreriam da publicação do enunciado normativo pela entidade de classe, inegável que a incorporação do texto às Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça cria efetiva obrigação aos delegatários, com a possibilidade, inclusive, de instauração de processo disciplinar em caso de descumprimento do comando. E como as correições realizadas em 2024 revelaram que não se trata de problema isolado, justificável a criação de item específico no Capítulo XVI das NSCGJ.

Sugere-se, dessa forma, a inserção do subitem 5.3 no Capítulo XVI das NSCGJ, com a seguinte redação:

*“Nos atos presenciais que não guardem vínculo algum com o local da lavratura (partes domiciliadas em município diverso, imóvel localizado fora da circunscrição territorial do tabelionato, crédito*

*II) mesmo havendo concordância do usuário, é proibida a cobrança, sob pena de reponsabilidade disciplinar, de valores a título de transporte, impressão, emissão de certidão gratuita, encaminhamento de título ao Registro de Imóveis, preenchimento de formulários, diligências para recolhimento de tributos etc.;*

*III) todos os valores pagos a título de emolumentos e de reembolso de despesas para a prática de atos notariais e de registro deverão ser depositados em conta bancária do titular da delegação, Tabelião de Notas ou Oficial de Registro, ou em conta bancária tendo como titular a própria delegação, com uso do seu CNPJ, sendo vedado o depósito em conta bancária mantida em nome de interinos, prepostos ou quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas;*

*IV) todos os valores recebidos das partes a título de antecipação de emolumentos e de despesas para a futura prática de atos notariais e de registro deverão ser lançados em livro próprio (atualmente denominado Livro de Controle de Depósito Prévio), sem prejuízo do oportuno lançamento, quanto aos emolumentos, no Livro Diário da Receita e da Despesa;*

*V) dois recibos deverão ser emitidos pela delegação de Notas ou de Registro, que deverá ser identificada de forma clara e ostensiva, em favor do autor do depósito: um no momento da antecipação de emolumentos e despesas, outro quando da finalização do ato. O primeiro deverá discriminar, item por item, todos os valores pagos a título de antecipação de emolumentos ou para reembolso de despesas. O segundo deverá discriminar, item por item, os emolumentos efetivamente pagos para a prática do ato, as despesas cuja cobrança seja autorizada pela Corregedoria Geral da Justiça ou pela Corregedoria Nacional de Justiça e os valores não utilizados e devolvidos;*

*VI) os recibos serão emitidos em duas vias, servindo uma delas, com a assinatura da parte, como contrarrecibo que será arquivado pelo responsável pela delegação em classificador, ou por modo eletrônico seguro e acessível pelo Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça;*

*VII) os recibos relativos aos atos de reconhecimento de firmas e de autenticações poderão ser substituídos por notas fiscais emitidas na forma da legislação incidente;*

*VIII) os comprovantes dos depósitos em Centrais de Serviços Eletrônicos Compartilhados servirão como recibo em favor das partes que solicitarem a prática de ato notarial ou de registro, ficando, nessas hipóteses, dispensada a emissão de outros recibos.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

*constituído em outro local etc.), os Tabeliães de Notas deverão preservar prova que ateste o comparecimento das partes na sede do cartório para a prática do ato”.*

A proposta de criação de um serviço de Ouvidoria Notarial, como canal preferencial para receber denúncias e manifestações também merece algumas considerações.

Em primeiro lugar, não se pode olvidar que a função correcional das serventias extrajudiciais é exercida em todo o Estado pela Corregedoria Geral da Justiça (cf. item 1 do Capítulo XIII das NSCGJ), atribuição que não pode ser delegada a órgão de associação de classe. Não se pode, portanto, admitir que a ouvidoria cuja idealização foi aventada se torne “*canal preferencial para receber denúncias*” (fls. 39).

Além disso, como a função correcional compete à Corregedoria, denúncias fundadas que indiquem o cometimento de falta disciplinar deverão ser comunicadas pela Ouvidoria Notarial à Ouvidoria do Tribunal de Justiça, à Corregedoria Permanente da unidade ou à própria Corregedoria Geral da Justiça.

No mais, observadas as duas considerações acima delineadas, a criação de uma Ouvidoria Notarial parece-me de acordo com o escopo do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP), entidade de classe representativa da atividade notarial em âmbito estadual.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrir/ConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**Processo nº 2024/00109275**

Desse modo, proponho a inclusão do subitem 5.3 no Capítulo XVI das NSCGJ, conforme minuta que segue, pelas razões expostas no parecer.

Sugiro, ainda, a inserção de item específico na ata de correição ordinária voltado a comprovar o cumprimento pelos Cartórios de Notas do novo subitem 5.3.

*Sub censura.*

São Paulo, data registrada no sistema.

**Carlos Henrique André Lisboa**  
**Juiz Assessor da Corregedoria**  
Assinatura Eletrônica

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE ANDRE LISBOA (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atencao/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código 93V1J3NT.



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### CONCLUSÃO

Em 29 de janeiro de 2025, faço estes autos conclusos ao Doutor **FRANCISCO LOUREIRO**, Excelentíssimo Corregedor Geral da Justiça. Eu, Silvana Trivelin Daniele, Escrevente Técnico Judiciário, GAB 3.1, subscrevi.

**Processo nº 2024/00109275**

Vistos.

Aprovo, pelas razões expostas, a edição do Provimento sugerido, conforme minuta apresentada, a ser publicado, juntamente com o parecer, no DJE.

Publique-se, dando-se ciência do parecer, do Provimento e da presente decisão ao Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP).

São Paulo, data registrada no sistema.

**FRANCISCO LOUREIRO**  
**Corregedor Geral da Justiça**  
Assinatura Eletrônica

**Processo nº 2024/00109275**

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por FRANCISCO EDUARDO LOUREIRO (30/01/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00109275 e o código VWE075X4.